

Produção feminista, o tempo, perdas e polêmicas sobre palavra

Feminist Production, Time, Losses and Controversy over Words

Mara Coelho de Souza Lago¹  0000-0001-5111-8699

Luzinete Simões Minella¹  0000-0001-7953-7385

Tânia Regina Oliveira Ramos¹  0000-0002-2477-0419

Cristina Scheibe Wolff¹  0000-0002-7315-1112

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900



Em 2020 enfrentamos as noções de tempo e espaço entrelaçadas no conhecimento das coisas. Como se tivéssemos vivido em estado de repouso – a casa parada, a inutilidade dos relógios, o sol, a lua nos movendo em busca de um liame da duração na linguagem do dia a dia: enquanto dura o isolamento, durante a pandemia, provisoriamente remotos; doravante ... O que fazer para viver este tempo, ou para bordar o tecido invisível, na analogia de Machado de Assis (1984, p. 52), para quem “o tempo é um tecido invisível em que se pode bordar tudo”?

No desdobramento do pensamento filosófico em diferentes ciências, com suas crescentes compartimentalizações sob a égide dos binarismos que caracterizaram o conhecimento ocidental, a reflexão sobre o tempo tem sido uma constante. Na contemporaneidade, com o contínuo entrelaçamento da vida à tecnologia, uma questão que se impõe é a da aceleração do tempo na sobreposição do presente sobre o passado e o futuro, com a perda das referências ancestrais e das projeções para o depois. Em pandemia, nesta vivência de confinamento para muitas/os, à passagem do tempo que se subverte na imobilidade marcada pelas demandas tecnológicas invasivas do trabalho em casa, paradoxalmente vivemos também a aceleração do tempo nos dias que se repetem, neste ano em que não vimos a primavera.

A *Revista Estudos Feministas* mostra, neste número finalizado, refeito, atualizado, que o tempo que se viveu desde março não foi homogêneo, ao contrário, esteve pleno de contradições que instigaram as nossas mentes, alimentaram nossas solidões e exigiram deciframentos. Com muito pesar fomos impactadas pela notícia do falecimento da filósofa feminista argentina María Lugones, professora de Literatura Comparada e *Woman's Studies* na Binghamton University de Nova York, no dia 14 de julho deste ano de muitas perdas. Autora de muito destaque na reflexão sobre gênero nos estudos descoloniais, María Lugones (2014) recebeu o Prêmio Frantz Fanon 2020, outorgado pela Associação Filosófica do Caribe. Ela nos fará muita falta.

No artigo publicado em uma seção Debates da REF, Lugones (2014) assim resume suas intenções:

[...] propus uma releitura da própria modernidade capitalista colonial. Isso se dá porque a imposição colonial do gênero atravessa questões sobre ecologia, economia, governo, relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos habitam a cuidar do mundo ou a destruí-lo. Proponho este quadro conceitual não como uma abstração da experiência vivida, mas como uma lente que nos permita ver o que está escondido de nossas compreensões sobre raça e gênero e sobre as relações de cada qual à heterossexualidade normativa (p. 935).

Escrevemos este editorial do último número do volume 28 da *Revista Estudos Feministas* em meados de julho de 2020, em plena pandemia da Covid-19, quando o Brasil já computava mais

de 75.000 mortes por coronavírus, com o incrível número que ultrapassava dois milhões de pessoas infectadas, ocupando lugar de destaque entre os países do planeta em termos da devastação causada pela pandemia.¹

Em meio aos horrores da catástrofe, agravada pelo desmanche deliberado de nosso Sistema Único de Saúde (SUS), num país de proporções continentais, habitado por populações marcadas por diferenças regionais, étnicas, raciais, culturais, pela diversidade, enfim, com vergonhosos índices de desigualdades sociais, agravados pela deliberada desconstrução de políticas públicas paulatinamente conquistadas por atuação dos movimentos sociais, as discussões daquelas semanas se davam em torno do emprego de uma palavra, usada para caracterizar as ações deletérias do governo: **genocídio**. Polêmica que se sustentava sobre o termo **deliberado**, entendido como o comportamento consciente que caracterizaria se uma ação poderia ser designada de genocídio, sem considerar as consequências desse comportamento.

As ações são praticadas por sujeitos. Sabemos que a noção de sujeito que marca a entrada na era moderna deriva da concepção racionalista de Descartes, alicerçada na consciência, que marca também vários paradigmas das ciências modernas, nas suas diferenciações em ciências duras e as mais suaves, entre estas as sociais, como a economia dos nada suaves capitalismo, liberalismo e desta distorção neoliberal em que o governo e elites econômicas brasileiras insistem, mesmo em meio à catástrofe. Mas junto aos paradigmas modernos, aconteceu a psicanálise, com sua concepção do **inconsciente** (Sigmund FREUD, 2010 [1915]), que significou uma ruptura no conhecimento ocidental. Para a psicanálise, a noção de inconsciente tem um peso fundamental na constituição do sujeito e este, com Jacques Lacan (1998), é sujeito **do** inconsciente. Na concepção psicanalítica, não é a deliberação consciente do sujeito que importa na responsabilização do mesmo por seu comportamento, pelas consequências de suas ações, mesmo que levado por seus desejos e motivações inconscientes. Esta é a ética da psicanálise; somos responsáveis por nossas ações, precisamos arcar com as consequências de nossos comportamentos, mesmo aqueles não conscientemente deliberados.

No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, a palavra **genocídio** é apresentada em seus vários significados:

1. extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico ou religioso [...].
2. destruição de populações ou povos [...].
3. aniquilamento de grupos humanos, o qual, sem chegar ao assassinio em massa, inclui outras formas de extermínio como [...] a submissão a condições insuportáveis de vida etc. (Antonio HOUAISS; Mauro VILLAR, 2001, p. 1443).

Como podemos perceber, não foram lidas ou não se quis apreender o restante das significações da palavra. E com relação ao genocídio, à necropolítica (Achille MBEMBE, 2018) em meio à pandemia, temos que discutir a não deliberação de causar a morte de parte da população brasileira, quando o governante (que já tem contra sua permanência no cargo de presidente cerca de 50 pedidos de impeachment), com o apoio dos grupos que o sustentam, promove medidas que resultam em índices expressivos do aumento das mortes por policiais (cujo percentual do assassinato de jovens homens negros durante a pandemia atinge mais de 70% em todo o país), das mulheres vítimas de feminicídio, sem deixar de ressaltar a morte da população negra e pobre das periferias urbanas e dos rincões distantes do país pela falta de atenção à saúde em geral e à Covid-19, em particular, e por se encontrar cada vez mais privada de meios de sobrevivência, sem proteções contra o contágio.

Por acaso está eximido de responsabilidade com a preservação da vida de grupos e contingentes numerosos da população o poder executivo que não provê o auxílio para o enfrentamento da pandemia e, ao contrário, expressa posições e dá exemplo de comportamentos contrários às recomendações dos organismos nacionais e internacionais de saúde? E que mantém como mandatário interino do Ministério de Saúde um militar do exército sem capacitação para essa função, após sucessivas trocas de ministros? São essas ações não deliberadas, não intencionais? A substituição de técnicos de importantes setores do referido ministério por militares sem formação específica para gestionar a crise que vivemos por acaso exime de responsabilidade o governo? São essas ações não deliberadas, quando suas consequências são as previsíveis?

Sem nos reportarmos às falas (misóginas, racistas, homofóbicas) do atual presidente em sua campanha para o executivo, ou durante toda a sua carreira política nos legislativos estadual do Rio de Janeiro e federal, repletas de declarações criminalizáveis (criminalizadas algumas), tivemos as manifestações publicadas por determinação jurídica, da vergonhosa reunião ministerial, ocorrida no Palácio do Planalto em 22 de abril de 2020, na qual vários membros do poder executivo propuseram, em alto e bom som, medidas que atentam contra interesses nacionais e, com referência à região Amazônica, contra a própria preservação do meio ambiente e da vida das populações originárias. Podemos caracterizar como não deliberadas as intenções do poder executivo?

¹ Com cerca de 3% da população mundial, o país computava 12% das mortes pela Covid-19.

Com relação às populações indígenas e quilombolas do país a questão se agravava com os vetos do presidente ao Projeto de Lei 1.142/2020, aprovado em maio e junho do corrente ano pelas instâncias do legislativo federal, como plano de ação para proteção das populações tradicionais. Os vetos do presidente às medidas de proteção social para prevenir a disseminação da Covid-19 entre indígenas e quilombolas referiram-se ao acesso à água potável (em comunidades à beira de rios cujas águas se encontram envenenadas pelo uso abusivo de agrotóxicos do agronegócio), garantia de provimento de alimentos, medicamentos e material de higiene, construção de hospitais de campanha, disponibilização de leitos de UTI para os infectados, atendimento por serviços de saúde nas aldeias... De acordo com a ONG Terra de Direitos, os vetos presidenciais tornaram a proposta inócua (Rubens VALENTE, 2020).²

O mais grave em relação a esta questão de medidas deliberadas que podem levar ao extermínio de grupos originários foi a notícia que circulou nas redes sociais, em blogs e vários canais da mídia alternativa, da distribuição, pelo governo, do medicamento cloroquina, fartamente propagandeado pelo presidente, cujos riscos de efeitos colaterais cardiológicos podiam ser fatais. Ações inocentes, não deliberadas? Não são intencionais os desmantelamentos dos efetivos de fiscalização institucional da grilagem de terras e do garimpo ilegal na Amazônia, com as consequências nefastas de contágios das populações indígenas por doenças virais, até menos perigosas que o coronavírus?³

Vale ressaltar que o Brasil tem cerca de 50 nações indígenas, com 50 línguas, com uma população equivalente a 2.642 pessoas. Até 17 de julho de 2020 já haviam sido computadas 218 mortes de indígenas por coronavírus. Uma proporção alarmante. Sem falarmos dos assassinatos impunes de lideranças indígenas por invasores da floresta.

Os povos indígenas, as populações quilombolas, negras, são as que têm sofrido mais agudamente o processo continuado e atualizado da colonialidade em nossos países. Em meio à pandemia e ao genocídio perpetrado pelo Estado brasileiro, que atinge de forma ainda mais exacerbada as mulheres negras, indígenas e pobres no Brasil e em outros países da América Latina, as abordagens feministas, decolonial e críticas tornam-se ainda mais necessárias.

Na continuidade destas reflexões, iniciamos a apresentação dos artigos do presente número da revista dividindo as tarefas entre as editoras responsáveis pela coordenação deste trabalho coletivo para a publicação dos três números anuais da revista.

Mas a editoração de uma revista tem outros trâmites até a publicação: depois do número organizado em um sumário que busca coerência, os artigos são enviados para revisão de português, espanhol, inglês. Processo demorado, especialmente em relação aos artigos submetidos em português cujas autoras desejam publicar também a versão em inglês e que precisarão ainda ser traduzidos. Após as revisões, os artigos são enviados para a diagramadora e, depois de diagramados, retornam às revisoras, para só então serem submetidos à marcação XML, exigida pelo indexador SciELO, que disponibiliza a revista no seu Portal de periódicos científicos.

Com este processo sendo finalizado, retomamos o editorial para adequá-lo ao momento, o que nos deixou em crise, com o aumento das angústias vivenciadas em pandemia. Se as 75.000 mortes de meados do ano eram causa de tanto sofrimento, agora, final de outubro, já havíamos dobrado com folga estes números, contabilizando cerca 150.000 brasileiras e brasileiros mortos! Perdas inacreditáveis de nossos povos e pessoas! Somadas a outras perdas que, pela dor que nos causam, são também muito difíceis de assimilar. As mortes não são apenas das pessoas, seus modos de vida, seus direitos, culturas, meios de sobrevivência nas cidades e nos campos, saúde, segurança de vida, alimentação, mas o ataque ao território, a queima das florestas, dos biomas que possibilitam e garantem a vida de animais e humanos, a flora, a fauna! Terra arrasada, direitos roubados! Um milhão de mortes por Covid-19 no mundo! O Brasil como um dos países com o maior número de óbitos.

Temos sido impactadas/os por fortes sentimentos de tristeza, ansiedade e desamparo em razão não apenas do isolamento ou distanciamento social, mas do desmonte das redes de proteção social e dos canais de participação popular, fatores que agravam os efeitos da pandemia. Articuladas com os interesses das elites locais e globais, as políticas econômicas neoliberais têm promovido o enxugamento da participação do Estado no apoio à população, aprofundando as desigualdades sociais, incrementando as taxas de desemprego, expandindo ainda mais a pobreza e a miséria. O desprezo em relação aos direitos humanos – que havíamos conquistado após longas e duras batalhas travadas no contexto do processo de redemocratização do nosso país – agrava ainda mais o cenário que estamos enfrentando.

² Felizmente, em agosto, diante das pressões das comunidades indígenas, dos partidos de oposição, das ONGs etc., o Congresso derrubou 16 dos 20 vetos do presidente. Disponível em <https://amazonia.org.br/2020/08/congresso-derruba-vetos-presidenciais-a-plano-emergencial-para-indigenas-e-quilombolas/>.

³ Em meio ao escândalo mundial com as atitudes do governo brasileiro, foram encaminhadas ao Tribunal Penal Internacional em Haia várias ações contra o presidente do Brasil, uma delas, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns, responsabilizando-o pelo genocídio indígena na pandemia.

Arbitrariedades cometidas pelas instâncias judiciárias, por sua vez, refletem a censura à liberdade de expressão e o ataque aos direitos das mulheres. Citamos apenas dois exemplos recentes: primeiro, a proibição do Tribunal de Justiça de São Paulo do uso do termo “Católicas” no nome do movimento internacional Católicas pelo Direito de Decidir (2020), que se articula com várias ONGs em 12 países e que defende, entre outras pautas, o direito ao aborto legal para as mulheres. Segundo, o reforço à cultura do estupro, evidenciada no modo hostil, agressivo, depreciativo, altamente sexista e machista como Mariana Ferrer, uma jovem *influencer*, vítima de estupro por parte de um empresário em dezembro de 2018, foi tratada pelo advogado do agressor, com a conivência dos demais operadores do direito, durante uma audiência ocorrida na 3ª. Vara Criminal de Florianópolis.⁴

Um dos efeitos desse contexto sombrio tem sido as sensações desconfortáveis até mesmo acerca da passagem do tempo, gerando um certo sentimento de confusão na realização das tarefas cotidianas, dificultando a manifestação das indignações acumuladas ao longo desses últimos meses. Muitas pessoas têm se perguntado como será contar a história desse ano de 2020, que parece interminável, e marcado por uma realidade que lembra filmes de ficção científica, ao passo que muitos parecem desacreditar a ciência. O futuro que antevemos a partir desse lugar no tempo não é promissor, marcado por todos esses desastres e pelo crescimento de uma direita retrógrada, misógina e racista no Brasil e no mundo. Reinhardt Koselleck (2006) nos mostrou que é de forma retrospectiva que se constroem as causalidades, “a coordenação variável entre experiência e expectativa” (p. 309), entre a memória e as esperanças. Mas como no passado tivemos estes momentos de desesperança, também vimos que podem ser seguidos de transformações.

Assim, para contrabalançar tantas más notícias, começamos a vislumbrar luzes no final do túnel. Mudanças significativas, amplamente divulgadas pelas mídias, ocorreram recentemente nos países latino-americanos: em outubro de 2019, a Argentina elegeu uma chapa de oposição ao governo neoliberal de Mauricio Macri para a presidência e vice-presidência da República, o candidato peronista Alberto Fernández e a candidata Cristina Kirchner, respectivamente. Passado um ano, em outubro de 2020, depois de uma crise institucional severa, o candidato do partido Movimento Socialismo do ex-presidente Evo Morales, Luís Arce, foi eleito presidente da Bolívia. Também nesse mês de outubro, o povo chileno, depois de meses de lutas nas ruas contra os efeitos perversos das políticas neoliberais, aprovou a proposta de uma nova constituição que será elaborada por uma Convenção Constituinte, escolhida democraticamente, com vistas a se liberar dos resquícios de autoritarismo institucional herdados da ditadura militar. Esse fenômeno que temos chamado de nova onda rosa começou um pouco antes, em julho de 2018, quando o México surpreendeu as forças conservadoras, elegendo para a presidência da República Andrés Manuel López Obrador, candidato que agregou as forças da oposição.

Em meio aos retrocessos no Brasil e às esperanças que estão renascendo no continente, concluímos mais um número da REF, dando continuidade à publicação de textos que têm colocado os periódicos feministas e de gênero como referência na introdução e divulgação das teorias des e decoloniais nos estudos interdisciplinares feministas. Na REF, destacamos a inauguração da seção Debates, com texto fundamental de Gloria Anzaldúa (2005) sobre o tema, reiterado no Debate sobre “Feminismo e/no pós-colonialismo” de Deepika Bahri (2013), continuado no Dossiê “Cartografias descoloniales de los feminismos del Sur” (Karina BIDAISECA, 2014), seguido pelo Debate (COSTA, 2014) do artigo já citado de María Lugones e pelos inúmeros textos publicados neste quadro conceitual na seção Artigos, carro-chefe da revista. Dentre esses, mencionamos “Feminismos subalternos” (Luciana BALLESTRIN, 2017), precedido de alguns artigos nessa temática e seguido por muitos outros. Assim, este n. 3 do v. 28 de 2020 inicia com um novo artigo de Ballestrin, que dá continuidade às reflexões da autora sobre os feminismos subalternos latino-americanos, pensados agora como feminismos de(s)coloniais, inseridos na trajetória mais ampla dos feminismos terceiro-mundistas.

O segundo artigo, “O corpo importa: corpos falantes e a produção discursiva do sexo”, busca discutir o sexo como produção discursiva constituída nos processos da colonialidade ocidental de distribuição da humanidade, questionando o dimorfismo sexual colonial na visão de que os corpos, apesar de só conhecidos através da linguagem, sempre a excedem. O artigo seguinte, “Sacerdotisas africanas no mundo bíblico. Leitura decolonial de Êxodo 4.24-26”, trata da experiência espiritual da mulher negra em diáspora, capaz de produzir um pensamento fronteiro em resposta bíblico-teológica à experiência histórica do racismo, ao assumir a decolonização da teologia e da Bíblia para a desconstrução do imaginário eurocêntrico.

O texto “Gênero na perspectiva decolonial: revisão integrativa no cenário latino-americano” realiza uma investigação documental no Portal de Periódicos CAPES e na Redalyc, referente às contribuições latino-americanas dos estudos decoloniais sobre o conceito de gênero, que para as autoras pode operar uma forma de colonialidade ao invisibilizar a multiplicidade de cosmovisões e práticas socioculturais que produzem relações sociais diferenciadas.

⁴ Ver <https://www.conjur.com.br/2020-nov-05/veja-integra-audiencia-mariana-ferrer-estupro>. Acesso em 30/10/2020. Disponível em <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em 30/10/2020.

De uma perspectiva inovadora no campo das relações internacionais, o artigo “Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH” faz uma análise da atuação das Forças de Paz da ONU no Haiti, da qual participaram muitos militares brasileiros e de outros países, mostrando os casos de abuso e exploração sexual de meninas e mulheres por parte desses militares e como esses casos são considerados como uma espécie de “dano colateral” que seria compensado pelas ações das forças de paz no sentido de restabelecer uma “normalidade” ao país.

No artigo “Uma perspectiva feminista ao jornalismo para a paz”, o autor e autoras discutem a importância de um olhar feminista no âmbito do jornalismo para a paz, que leve em consideração, além do gênero, as práticas e uma ética interseccional, ou seja, buscando análises que levem em consideração as categorias de gênero, classe, raça, e outras relações sociais em cada caso. O jornalismo para a paz é uma ferramenta na transformação de conflitos, assumindo o papel crucial da mídia nas sociedades, e por isso é tão importante essa discussão interseccional e feminista.

Em “Guerreiras ou Anjos? As Mulheres Brasileiras e a Grande Guerra”, a autora analisa a polêmica da participação de mulheres brasileiras como enfermeiras na Primeira Guerra Mundial, a partir da declaração de guerra do Brasil à Alemanha em 1917. Essa polêmica tinha como cenário a expressiva participação de mulheres soldadas na Rússia, noticiada na imprensa mundial e brasileira, assim como a agenda sufragista e as discussões feministas da época. É uma importante contribuição para a história das mulheres e do feminismo no Brasil, assim como também para a historiografia da Primeira Guerra Mundial.

As questões étnico-raciais em suas interações com as implicações de gênero têm sido comumente abordadas pela Revista e voltam a ser contempladas neste número por meio do artigo “Mulheres quilombolas: raça, etnia e gênero”. Nele, as autoras analisam as trajetórias de cinco mulheres que lideram uma comunidade quilombola situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, fundamentando-se num enfoque qualitativo.

Aspectos distintos das relações entre gênero e violência são debatidos em vários textos. No artigo intitulado “Feminismos criminológicos e tecnopolíticas: novos ‘quadros’ para violência de gênero”, a autora problematiza os debates do campo da “criminologia feminista” mediante estudo sobre as tecnopolíticas que vêm sendo assimiladas pelos movimentos feministas, particularmente algumas *hashtags*, ressaltando as especificidades do enfrentamento da violência de gênero através da resignificação dos sentidos de justiça.

Vários artigos deste número constroem narrativas da/na América Latina. A história de mulheres é o objeto de pesquisa em “Abordajes de la violencia sexual en los juicios por delitos de lesa humanidad en Argentina”. O artigo apresenta como a tortura esteve ao lado da violência sexual durante a ditadura militar e como esta violência precisa ser estudada na sua especificidade. No Brasil, o texto “Trilhas para o enfrentamento da violência contra a mulher” traz, em pesquisa também qualitativa, percepções dos profissionais de saúde da Atenção Básica sobre as violências contra as mulheres, ressaltando a importância de algumas estratégias de intervenção que resultaram na sua redução. No artigo “Cumprindo pena juntos”, são analisados os pontos de vista das mulheres que decidem cumprir pena junto com seus parceiros, sobre os papéis que desempenham nas prisões. As conclusões questionam o pressuposto da subordinação de gênero, ao ressaltar que o desempenho delas ultrapassa os limites de apoio e cuidado, estendendo-se ao exercício de funções emancipatórias, capazes de promover novas identidades.

As experiências dos governos de centro-esquerda em anos recentes, ligados à chamada *Maré Rosa* no Brasil e Chile, são comparadas no artigo “Lado a lado? Feminismos e Estados durante o ‘ciclo progressista’ latino-americano”, a partir das políticas voltadas à garantia de direitos e espaços institucionais para as mulheres. A autora mostra especialmente as diferenças no estabelecimento dessas políticas nos dois países, sendo que no Brasil governado pelo Partido dos Trabalhadores, sob a presidência de Lula e Dilma Rousseff, este ciclo foi marcado por um modelo participativo, que envolveu as conferências municipais, estaduais e nacionais de políticas para as mulheres. No Chile de Michele Bachelet, o modelo adotado segundo a autora foi mais tecnocrático e visando a uma modernização do Estado.

Na mesma perspectiva revisionista da história das mulheres, outros feminismos são trazidos em “Novos feminismos? Conexões e conflitos intergeracionais entre feministas no Rio de Janeiro” para o debate geracional e para o entendimento de jovens *artistas* – que utilizam a arte como principal forma de ativismo – e de produtoras culturais feministas em atividade no Rio de Janeiro.

A Argentina, em um contexto mais contemporâneo, é abordada em artigo intitulado “Tensiones entre derechos de las mujeres y protección de la niñez”, onde se chama atenção para os direitos da criança como um dos instrumentos privilegiados para as disputas e batalhas pelo controle dos corpos e da sociedade, incluindo nele a gravidez precoce. Dos direitos das crianças, em “Negociando normalidade(s): construções da identidade de gênero entre meninas” desloca-se o olhar para o Brasil e para a construção da identidade de gênero entre meninas adolescentes, a partir da sua dimensão performativa. Em um *continuum* de conformidades e subversões, “normais”, “atiradas” e “evoluídas” exibem traços de permanências e mudanças culturais, evidenciando a heterogeneidade marcadamente contraditória da constituição de identidades generificadas.

Viajando para novas reflexões, agora no continente europeu, o artigo “Corporeizar las etnografías desde perspectivas feministas” propõe uma reflexão sobre o lugar dos corpos na produção de conhecimentos, visando à construção de etnografias corporeizadas capazes de desenvolver uma antropologia encarnada a partir de concepções feministas e de experiências corporais. A soropositividade é abordada no artigo “Mulheres que vivem com HIV/Aids: vivências e sentidos produzidos no cotidiano”. Nele, as autoras refletem sobre os sentidos que são produzidos no cotidiano por cinco usuárias do serviço ambulatorial de um hospital, fundamentando-se na articulação entre a perspectiva feminista de gênero, práticas discursivas e produção de sentidos, ponderando sobre as interferências de gênero no cuidado e na atenção à saúde, num contexto patriarcal, preconceituoso e moralista.

O desempenho de atividades profissionais em áreas pouco comuns é objeto de reflexão no artigo “As experiências das oficiais da Marinha do Brasil no exercício do comando”. Numa metodologia centrada na história oral, as autoras dialogaram com as oficiais que atuaram como Diretoras de Organizações Militares entre 2002 e 2015, no intuito de compreender as características que desenvolveram ao longo do período de exercício do comando na área naval. As autoras do texto “Pioneras de la arquitectura ecuatoriana” realizam o reconhecimento da contribuição de mulheres para a arquitetura do país. Por meio, de investigação histórica em perspectiva feminista e de gênero, questionam a profissão para dar visibilidade à atuação e produção intelectual de uma primeira geração de arquitetas que contribuiu para a estruturação da arquitetura no Equador. O artigo “Mulheres e jornalismo esportivo: possibilidades e limitações em um campo masculino” está fundamentado teoricamente em autores e autoras que se vinculam às perspectivas feministas em suas abordagens sobre esporte e mídia, evidenciando o perfil, a trajetória profissional, os espaços ocupados, os constrangimentos e as estratégias utilizadas dessas mulheres para transitar nesse campo majoritariamente masculino. A cultura e a questão da identidade de gênero também são focos de análise em “Comicidade crítica e riso autodepreciativo: um estudo com mulheres palhaças”. Segundo uma abordagem sobre a palhaçaria feminina, a partir do convívio e de entrevistas com um grupo de mulheres palhaças no Brasil, o artigo trabalha a ideia de que os discursos sociais forjam os corpos e os padrões de gênero.

Para quem pensa que novos arranjos amorosos são uma exclusividade da contemporaneidade, o artigo “O destino indelével do desejo” pode ser uma surpresa agradável. A autora analisa uma discussão empreendida pela escritora e educadora brasileira Maria Lacerda de Moura, na revista espanhola *Estudios*, entre 1920 e 1930, na qual ela defendia a ideia de “amor plural”, frente a outras propostas de amor livre que circulavam nos meios intelectuais anarquistas e socialistas da época. A questão principal era a proposição de formas de amor que combatessem a dominação masculina sobre as mulheres, a ideia de posse e exclusivismo sexual que eram ligadas intrinsecamente ao casamento indissolúvel, monogâmico.

Na seção Ponto de Vista este número da Revista disponibiliza um ensaio elaborado sobre a obra de Beatriz/Paul Preciado, autor fundamental para desvelar os desdobramentos dos estudos iniciais de homossexualidades nas teorias *queer* da atualidade. O ensaio “Ficções porno-políticas do corpo (a partir) de Preciado” traz uma análise *preciadista* do teórico, utilizando as categorias enunciadas nos textos *Manifiesto contra-sexual* e *Testo Yonki* para analisar elementos biográficos de Preciado, que usa o próprio corpo como laboratório e fonte de reflexão em suas obras. A seção introduz, na continuidade, entrevista com a militante *butch* Esther Newton, buscando articular a mistura de passado e presente dos estudos de sexualidades. Considerada por Gayle Rubin como precursora dos estudos *queer*, Newton narra os percalços do início dos estudos lésbicos e da produção editorial sobre o tema. Fala das (im)possibilidades das vivências lésbicas nos primórdios da segunda onda feminista na academia americana e das experiências de militância lésbica nos anos 70, sacudidos e marcados pela insurgência homossexual em Stonewall.

Publicamos ainda a entrevista com Nancy Fraser, programada para este número da REF, enfatizando a importância da socióloga para a análise do capitalismo patriarcal na conjuntura do neoliberalismo. Entrevista antológica, pela perfeita sintonia entre entrevistadoras/or e a entrevistada, que traçou sua trajetória de ativista intelectual marcada pela teoria crítica desde o ensino médio até a formação acadêmica. Uma intelectual que produziu importantes contribuições, em sua posição inarredável como teórica crítica, em diálogos enriquecedores com outros pensamentos e movimentos, inclusive os feministas, com destacados teóricos e teóricas de seu tempo, buscando dar respostas para as transformações do capitalismo em suas crises e atualizações. O que ressalta ainda nesta entrevista de Nancy Fraser é sua admirável coerência intelectual.

O dossiê “Inflexões feministas e agenda de lutas no Brasil contemporâneo” reúne textos que recorrem aos estudos feministas, de gênero e sexualidades para compreender o contexto brasileiro contemporâneo, refletindo sobre a inflexão feminista e de luta das mulheres pela qual o país tem passado, desde as primeiras edições das Marchas das Vadias no Brasil ao movimento #elenão, passando pelo impeachment de Dilma Rousseff e pelo assassinato de Marielle Franco. Um cenário

que resultou, segundo a organizadora e o organizador do dossiê, na resposta conservadora por meio do voto em Jair Bolsonaro e em candidatas/os afinadas/os com seu programa de retrocessos no campo dos direitos humanos no país.

A REF busca, mais uma vez, como tem sido sua linha editorial desde a fundação, proporcionar de forma acessível a todas e todos leituras críticas do contexto da história, da cultura e da sociedade em que vivemos a partir do olhar feminista. Fechando a edição de mais um volume, a Revista oferece a(aos) suas(seus) leitoras e leitores as resenhas de publicações recentes que corroboram e aprofundam temas desenvolvidos em seus artigos.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. "La consciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005.

ASSIS, Machado. *Esau e Jacó*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BAHRI, Deepika. "Feminismo e/no pós-colonialismo". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, 2013.

BALLESTRIN, Luciana. "Feminismos subalternos". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, 2017.

BIDASECA, Karina. "Cartografias descoloniales de los feminismos del Sur". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 585-591, 2014.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. Disponível em <https://catolicas.org.br/>. Acesso em 25/10/2020.

COSTA, Cláudia de Lima. "Feminismos descoloniais para além do humano". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 929-934, 2014.

FREUD, Sigmund. "O Inconsciente". In: FREUD, Sigmund. *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1915]. p. 99-150. (Freud Obras Completas – Volume 12)

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LACAN, Jacques. "Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano". In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 807-842.

LUGONES, María. "Rumo a um feminismo descolonial". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

VALENTE, Rubens. "Socorro a indígenas e quilombolas foi o mais vetado por Bolsonaro, diz ONG". *UOL*, 13/07/2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/13/vetos-auxilio-coronavirus-indigenas-quilombolas.htm>. Acesso em 18/07/2020.

Mara Coelho de Souza Lago (maralago07@gmail.com) é doutora em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas e Professora Emérita da Universidade Federal de Santa Catarina. Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1967) e Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1983). Atualmente é Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, atuando como docente voluntária no Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGP e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/PPGICH. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos temas gênero, gerações, subjetividades, modos de vida, com enfoque interdisciplinar. Participa do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e da coordenação editorial da *Revista Estudos Feministas*.

Luzinete Simões Minella (simoessluzinete@gmail.com) é doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, 1989), graduada (1972) e mestre (1977) em

Ciências Sociais pela UFBA. Realizou estágio de Pós-Doutorado no Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp, 1998). Atualmente é Professora Adjunta IV aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuando como professora voluntária no PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas, onde coordena a área de Estudos de Gênero. Integra a equipe do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), participando de vários dos seus projetos (eventos, publicações, cursos etc.). Publicou vários artigos em periódicos de ampla circulação, livros, trabalhos completos em anais de eventos etc. Assumiu a coordenação editorial da *Revista Estudos Feministas* entre 2001 e 2004 e entre 2007 e 2008, quando passou a integrar a editoria de artigos. Voltou a fazer parte desta coordenação em dezembro de 2016. É membro da Rede Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Género. Tem realizado pesquisas principalmente nas seguintes áreas: participação das mulheres nas ciências (na interface com a crítica feminista à ciência, aos estudos sociais da ciência e à história da ciência), gênero e saúde reprodutiva, gênero e infância, saúde mental. Orientou trabalhos de conclusão de curso e tem orientado dissertações e teses, principalmente nessas áreas.

Tânia Regina Oliveira Ramos (taniareginaoliveiramos@gmail.com) é doutora em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Possui Graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestrado e Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é Professora Titular e coordena o núcleo Literatura e Memória da UFSC, núcleo com projetos aprovados pela FAPESC e CNPq. Faz parte da Coordenação Geral da *Revista Estudos Feministas* e do Conselho Editorial das revistas *UniLetras*, *Mafuá Ciências e Letras*, *Literatura Hoje*, *Signótica* e *Anuário de Literatura*. É professora de Literatura Brasileira e Estudos Literários nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras e Literatura na UFSC. Atua, pesquisa e publica nas linhas de pesquisa História e Memória, escritas de si e gênero.

Cristina Scheibe Wolff (cristiwolff@gmail.com) é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991). Em 2004/2005 realizou Pós-Doutorado na Université Rennes 2, na França, e entre 2010 e 2011, no Latin American Studies Center da University of Maryland, em College Park, Estados Unidos da América. Ocupou a Cátedra Fulbright de Estudos Brasileiros na University of Massachusetts em Amherst (set.-dez. 2017) e foi pesquisadora convidada no Laboratoire Arenes - Université Rennes 2 (jan.-jul. 2018). Atualmente é Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e uma das coordenadoras editoriais da *Revista Estudos Feministas* (2006-2009 e 2011-atual). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua ainda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e no Mestrado Profissional de Ensino de História. Foi a coordenadora geral do Fazendo Gênero 11 e 13º *Women's Worlds Congress*, realizado na UFSC em 2017. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Mulheres e do Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, memória, guerrilha, resistência às ditaduras no Cone Sul.



COMO CITAR ESSE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

LAGO, Mara Coelho de Souza; MINELLA, Luzinete Simões; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; WOLFF, Cristina Scheibe. "Produção feminista, o tempo, perdas e polêmicas sobre palavra". Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 3, e78213, 2020.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Elaboração e redação coletiva.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY Internacional. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 11/11/2020

Aprovado em 12/11/2020
